Publicada no DJ de 03.09.2015

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 096/2015

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, reunido em sessão ordinária no dia 01 de setembro de 2015, deliberou, à unanimidade, pela **homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatoria,** dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

1.1. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.19790/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
1.2. Inquérito Civil SIMP nº 198.0.180586/2008, da Promotoria de Justiça de Nova Soure;
1.3. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.32240/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.4. Procedimento Ministerial SIMP nº 706.0.212169/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Porto Seguro;
1.5. Inquérito Civil SIMP nº 698.0.66319/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Irecê;
1.6. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.120593/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.7. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.78687/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
1.8. Inquérito Civil SIMP nº 698.0.149891/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Irecê;
1.9. Inquérito Civil SIMP nº 598.1.34040/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
1.10. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.216422/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.11. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.198994/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.12. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.94311/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.13. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.98377/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.14. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.211871/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
1.15. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.54631/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.16. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.3635/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
1.17. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.25063/2012, do Grupo de

Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.18. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.62332/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
1.19. Procedimento Ministerial SIMP nº 677.0.21853/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
1.20. Inquérito Civil SIMP nº 692.0.106328/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
1.21. Inquérito Civil SIMP nº 591.0.89461/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
1.22. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.96129/2013, da Promotoria de Justiça de Correntina;
1.23. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.183311/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente Costa do Cacau Leste, com sede em Ilhéus;
1.24. Procedimento Ministerial SIMP nº 677.0.38755/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
1.25. Inquérito Civil SIMP nº 692.0.5615/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
1.26. Inquérito Civil SIMP nº 190.0.60425/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
1.27. Procedimento Ministerial SIMP nº 677.0.44134/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
1.28. Inquérito Civil SIMP nº 112.0.167150/2011, da Promotoria de Justiça de Ituaçu;
1.29. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.75471/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
1.30. Inquérito Civil SIMP nº 701.0.2664/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
1.31. Procedimento Ministerial SIMP nº 592.0.135854/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
1.32. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.40850/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital;
1.33. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.88988/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
1.34. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.4144/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital;
1.35. Inquérito Civil SIMP nº 597.0.57274/2015, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente, com sede em Amargosa.
1.36. Procedimento Ministerial SIMP nº 035.0.90835/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
1.37. Inquérito Civil SIMP nº 197.0.259135/2012, da Promotoria de Justiça de Xique-Xique;
1.38. Inquérito Civil SIMP nº 644.0.16217/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
1.39. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.211280/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.40. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.52248/2012, da 3ª Promotoria

de Justiça de Juazeiro;
1.41. Inquérito Civil SIMP nº 698.0.49268/2011, da 3ª Promotoria de Justiça Irecê;
1.42. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.152638/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
1.43. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.183045/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.44. Procedimento Ministerial SIMP nº 057.0.145106/2014, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
1.45. Procedimento Ministerial SIMP nº 677.0.150157/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
1.46. Inquérito Civil SIMP nº 202.0.213511/2014, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira;
1.47. Inquérito Civil SIMP nº 699.0.230293/2013, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Itaberaba;
1.48. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.23181/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.49. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.124806/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.50. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.11245/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
1.51. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.217711/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.52. Inquérito Civil SIMP nº 692.0.2001/2011, da Promotoria de Justiça de Guanambi;
1.53. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.173033/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
1.54. Inquérito Civil SIMP nº 644.0.79410/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
1.55. Inquérito Civil SIMP nº 644.0.131315/2009, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
1.56. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.28488/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital;
1.57. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.57053/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
1.58. Procedimento Ministerial SIMP nº 190.0.82626/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
1.59. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.208379/2013, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.60. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.73691/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
1.61. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.81274/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
1.62. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.4446/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.63. Inquérito Civil SIMP nº 697.0.61008/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Coaraci;

1.64. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.165978/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.65. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.2550/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
1.66. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.40335/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
1.67. Inquérito Civil SIMP nº 590.0.115298/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari.
1.68. Inquérito Civil SIMP nº 590.1.2975/2004, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
1.69. Inquérito Civil SIMP nº 692.1.82241/2005, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
1.70. Inquérito Civil SIMP nº 702.0.80153/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
1.71. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.26819/2013, da Promotoria de Justiça Regional de Santo Antônio de Jesus;
1.72. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.204557/2014, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
1.73. Procedimento Ministerial SIMP nº 706.0.256382/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Porto Seguro;
1.74. Inquérito Civil SIMP nº 190.0.129339/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
1.75. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.165207/2009,da 7ª Promotoria de Infância e Juventude de Feira de Santana;
1.76. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.14544/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
1.77. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.97771/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
1.78. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.102042/2008, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
1.79. Procedimento Ministerial SIMP nº 718.0.172207/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba;
1.80. Inquérito Civil SIMP nº 644.0.46944/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
1.81. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.123785/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
1.82. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.192573/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.83. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.47828/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.84. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.54801/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.85. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.10290/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.86. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.186755/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.87. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.141211/2008, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.88. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.143143/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.89. Inquérito Civil SIMP nº 644.0.28536/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
1.90. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.151767/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF.
1.91. Inquérito Civil SIMP nº 591.0.25159/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
1.92. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.124034/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
1.93. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.54101/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
1.94. Inquérito Civil SIMP nº 597.0.46259/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
1.95. Inquérito Civil SIMP nº 252.0.198698/2009, da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Guanambi;
1.96. Procedimento Ministerial SIMP nº 655.0.98293/2014, da Promotoria de Justiça de Wenceslau Guimarães;
1.97. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.170581/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
1.98. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.131183/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.99. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.216880/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.100. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.88787/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Guanambi;
1.101. Inquérito Civil SIMP nº 692.0.40377/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Guanambi;
1.102. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.187669/2009, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
1.103. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.106474/2008, da Promotoria de Justiça de Laje;
1.104. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.15910/2013, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
1.105. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.142746/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.106. Procedimento Ministerial SIMP nº 592.0.24334/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
1.107. Inquérito Civil SIMP nº 644.1.35939/2004, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
1.108. Procedimento Ministerial SIMP nº 593.2.55338/2005, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Barreiras;
1.109. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.18432/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
1.110. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.36523/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
1.111. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.1239/2015, da 3ª Promotoria

de Justiça do Consumidor;
1.112. Inquérito Civil SIMP nº 677.0.38360/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
1.113. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.19819/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.114. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.26514/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.115. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.147954/2010, apenso SIMP nº 003.0.197201/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.116. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.42885/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
1.117. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.60931/2014, da 8ª Promotoria de Justiça de Cidadania;
1.118. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.237447/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.119. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.178166/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
1.120. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.181476/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.121. Inquérito Civil SIMP nº 678.0.30772/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
1.122. Inquérito Civil SIMP nº 678.0.74126/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
1.123. Procedimento Ministerial SIMP nº 709.0.82392/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
1.124. Inquérito Civil SIMP nº 701.0.23385/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
1.125. Procedimento Ministerial SIMP nº 112.0.51752/2015, da Promotoria de Justiça de Ituaçu;
1.126. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.117821/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.127. Inquérito Civil SIMP nº 590.0.176352/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
1.128. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.101293/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.129. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.159106/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.130. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.264735/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.131. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.80903/2014, da Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente de Guanambi;
1.132. Procedimento Ministerial SIMP nº 706.0.43504/2013, da 3ª Promotoria

de Justiça de Porto Seguro;
1.133. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.214197/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.134. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.128007/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.135. Inquérito Civil SIMP nº 644.0.103521/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
1.136. Inquérito Civil SIMP nº 678.0.5038/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruza das Almas;
1.137. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.183778/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.138. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.67879/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.139. Procedimento Ministerial SIMP nº 644.0.85916/2011, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
1.140. Procedimento Ministerial SIMP nº 681.0.11177/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
1.141. Inquérito Civil SIMP nº 692.0.130839/2012, da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Guanambi;
1.142. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.77861/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
1.143. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.144158/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente da Capital;
1.144. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.204111/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEODEF;
1.145. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.7787/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
1.146. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.162022/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.147. Procedimento Ministerial SIMP nº 593.0.66972/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Barreiras;
1.148. Procedimento Ministerial SIMP nº 096.0.84467/2015, da Promotoria de Justiça de Correntina;
1.149. Procedimento Ministerial SIMP nº 112.0.72515/2013, da Promotoria de Justiça de Ituaçu;
1.150. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.128584/2013, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
1.151. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.198462/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.152. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.198469/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.153. Inquérito Civil SIMP nº 593.0.205056/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Barreiras;
1.154. Inquérito Civil SIMP nº 701.0.228289/2014, da Promotoria de Justiça de Itapetinga;
1.155. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.155399/2014, da 3ª

Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.156. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.111264/2009, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana.
1.157. Procedimento Ministerial SIMP nº 656.0.232433/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
1.158. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.96545/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.159. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.161052/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.160. Procedimento Ministerial SIMP nº 096.0.218053/2014, da Promotoria de Justiça de Correntina;
1.161. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.235828/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
1.162. Inquérito Civil SIMP nº 217.0.47205/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
1.163. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.139443/2014, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
1.164. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.144280/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.165. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.30521/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.166. Inquérito Civil SIMP nº 598.1.27926/2006, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
1.167. Procedimento Ministerial SIMP nº 592.0.1821/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
1.168. Procedimento Ministerial SIMP nº 167.0.127928/2014, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
1.169. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.216797/2013, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital;
1.170. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.7255/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital;
1.171. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.111542/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.172. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.71162/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.173. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.67059/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.174. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.64184/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.175. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.245849/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
1.176. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.255994/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente Costa do Cacau Oeste, com sede em Itabuna;
1.177. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.189872/2013, da 3ª

Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.178. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.158509/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.179. Inquérito Civil SIMP nº 692.0.13835/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
1.180. Inquérito Civil SIMP nº 111.0.98442/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Dias D´Ávila;
1.181. Procedimento Ministerial SIMP nº 593.0.72554/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Barreiras;
1.182. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.1.33915/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.183. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.88205/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.184. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.235414/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.185. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.180719/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.186. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.33319/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
1.187. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.78219/2010, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
1.188. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.187589/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.189. Procedimento Ministerial SIMP nº 305.0.61638/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Sento Sé;
1.190. Inquérito Civil SIMP nº 007.0.182628/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Amargosa;
1.191. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.179256/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
1.192. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.72687/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Guanambi;
1.193. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.111107/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.194. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.148259/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.195. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.85366/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.196. Inquérito Civil SIMP nº 190.0.89831/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
1.197. Procedimento Ministerial SIMP nº 705.0.38299/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
1.198. Procedimento Ministerial SIMP nº 644.1.94899/2006, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

1.199. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.58518/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.200. Inquérito Civil SIMP nº 331.0.93880/2011, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
1.201. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.27820/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
1.202. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.200797/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
1.203. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.93223/2014, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
1.204. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.121072/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.205. Inquérito Civil SIMP nº 699.0.172308/2013, apenso SIMP nº 694.1.70875/2006 e SIMP nº 694.0.104236/2009, da Promotoria de Justiça de Baixa Grande;
1.206. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.133711/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas.
1.207. Procedimento Ministerial SIMP nº 723.0.88272/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Itamaraju;
1.208. Procedimento Ministerial SIMP nº 101.0.22806/2014, da Promotoria de Justiça de Itapicuru;
1.209. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.47845/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, com sede em Guanambi;
1.210. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.18393/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.211. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.165397/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.212. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.78990/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.213. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.27990/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
1.214. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.70135/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
1.215. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.105555/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.216. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.19053/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.217. Inquérito Civil SIMP nº 323.0.95905/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Irará;
1.218. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.36642/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
1.219. Procedimento Ministerial SIMP nº 112.0.135381/2010, da Promotoria de Justiça de Ituaçu;
1.220. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.83147/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
1.221. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.165997/2014, da 3ª

Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.222. Inquérito Civil SIMP nº 128.0.136986/2013, da Promotoria de Justiça de Jaguaripe;
1.223. Inquérito Civil SIMP nº 692.0.40365/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Guanambi;
1.224. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.254846/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Guanambi;
1.225. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.229215/2013, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
1.226. Inquérito Civil SIMP nº 716.0.204952/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
1.227. Inquérito Civil SIMP nº 069.0.21285/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
1.228. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.9838/2014, da 10ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.229. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.70513/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.230. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.97408/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.231. Procedimento Ministerial SIMP nº 701.0.194864/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
1.232. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.246561/2014, da Promotoria de Justiça Regional de Santo Antônio de Jesus;
1.233. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.182471/2014, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Mata de São João;
1.234. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.102969/2008, da Promotoria de Justiça de São Félix.
1.235. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.116458/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital;
1.236. Inquérito Civil SIMP nº 709.0.23283/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
1.237. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.35506/2011, da Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente com sede em Ilhéus;
1.238. Inquérito Civil SIMP nº 590.0.22245/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
1.239. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.87650/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
1.240. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.171792/2013, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
1.241. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.184953/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.242. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.177126/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.243. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.10517/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.244. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.114039/2012, do Grupo de

Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

1.245. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.198822/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;

1.246. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.74514/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Bom Jesus da Lapa;

1.247. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.228359/2013, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.248. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.54235/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.249. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.153003/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.250. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.124255/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.251. Procedimento Ministerial SIMP nº 112.0.27045/2011, da Promotoria de Justiça de Ituaçu;

1.252. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.22907/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.253. Procedimento Ministerial SIMP nº 696.0.214949/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias-Ba;

1.254. Procedimento Ministerial SIMP nº 096.0.192984/2014, da Promotoria de Justiça de Correntina;

1.255. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.51810/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;

1.256. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.124285/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.257. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.191259/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.258. Procedimento Ministerial SIMP nº 096.0.15425/2015, da Promotoria de Justiça de Correntina;

1.259. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.24068/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.260. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.183628/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.261. Procedimento Ministerial SIMP nº 288.0.175904/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos;

1.262. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.81802/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.263. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.47858/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;

1.264. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.244942/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;

1.265. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.123714/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.266. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.60284/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com

Deficiência – GEIDEF;
1.267. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.60798/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.268. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.133775/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.269. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.258169/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.270. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.108764/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.271. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.168336/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
1.272. Inquérito Civil SIMP nº 701.0.201507/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
1.273. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.12785/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
1.274. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.52453/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
1.275. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.38329/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
1.276. Procedimento Ministerial SIMP nº 677.0.169918/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
1.277. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.86039/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
1.278. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.16723/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
1.279. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.168314/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
1.280. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.150064/2014, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana.

SALA DAS SESSÕES, 01 de setembro de 2015.

MÁRCIO JOSÉ CORDEIRO FAHEL
Procurador – Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

Publicada no DJ de 03.09.2015

FRANKLIN OURIVES DIAS DA SILVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

Conselheiros: Elna Leite Ávila Rosa, Zuval Gonçalves Ferreira, João Paulo Cardoso de Oliveira, Adivaldo Guimarães Cidade, Julio Cezar Lemos Travessa, Márcia Regina dos Santos Virgens, Marco Antônio Chaves da Silva, Aurisvaldo Melo Sampaio, Ricardo Régis Dourado.